

Com 69 emendas, pregão entra na pauta

Proposta em exame na Comissão de Ciência e Tecnologia e prestes a ir ao Plenário divide opiniões: defendida por uns como instrumento que diminuirá preços nas compras governamentais, é apontada por outros como redutor da qualidade e da segurança dos contratos

A Comissão de Ciência e Tecnologia deve votar hoje projeto que amplia o uso de pregão eletrônico em compras do governo. A proposta, que pode seguir esta semana para análise do Plenário, muda a Lei de Licitações e integra o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O texto recebeu 69 emendas, entre elas a que veda o uso do instrumento nas contratações de grande vulto. **Página 3**



Comissão de Ciência e Tecnologia deve votar hoje mudanças na Lei de Licitações, que têm como relator Romeu Tuma (ao microfone, entre Eduardo Azeredo e Flexa Ribeiro)

Cláudio Azevedo

Renan se antecipa e encaminha defesa ao Conselho de Ética **Página 4**

CPI ouve especialistas em segurança do sistema de controle aéreo **Página 4**

Papaléo defende mais restrições ao consumo de tabaco **Página 8**

Mínimo chega perto de US\$ 200, comemora Paim

Paulo Paim comemorou o fato de o salário mínimo estar se aproximando de US\$ 200. O senador observou que em 2003 o piso salarial chegou a valer US\$ 60. "Quando falávamos que era possível dobrar o valor de compra do salário mínimo, éramos chamados de sonhadores. Dobramos. E dobrar o poder de compra é até mais importante do que dobrar o valor em relação ao dólar", afirmou. Paim disse que continua lutando pela recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas. **Página 5**



J. Freitas

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou ontem, na rampa do Palácio do Planalto, da solenidade em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva acendeu a tocha dos Jogos Pan-Americanos, a serem realizados no Rio. A tocha, que passará por 52 localidades brasileiras, foi entregue aos atletas Gustavo Borges e Sandra Pires. **Página 2**

Ao receber a chama do Pan 2007, Lula destaca capacidade do Brasil em sediar eventos esportivos internacionais



Entre Renan (E) e Nuzman, Lula ergue a chama, que percorrerá todas as capitais do país

Tocha dos Jogos Pan-Americanos é acesa em Brasília

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou ontem, na rampa do Palácio do Planalto, da solenidade em que o presidente Lula acendeu a tocha da 15ª edição dos Jogos Pan-Americanos, que ocorrerá no Rio de Janeiro. Ao lado de Carlos Nuzman, presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, Lula entregou a tocha a Gustavo Borges e Sandra Pires.

O nadador Gustavo Borges é o atleta brasileiro com o maior número de vitórias em Jogos Pan-Americanos, enquanto Sandra Pires foi campeã olímpica de vôlei de praia em Atlanta. A solenidade teve como trilha sonora o Tema da

vitória, música imortalizada por Ayrton Senna em suas conquistas na Fórmula 1.

Do Palácio do Planalto, os dois atletas conduziram a chama por um percurso de 32 quilômetros, no Distrito Federal. Antes de chegar a Brasília, a tocha passou por nove cidades e, até 13 de julho, deverá percorrer todas as capitais brasileiras.

Em seu discurso, o presidente Lula elogiou a capacidade brasileira de sediar um evento esportivo do peso dos Jogos Pan-Americanos, dizendo que o país tem todas as condições de realizar o Mundial de Futebol de 2014.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Reajuste do salário mínimo na pauta do Plenário

A Medida Provisória 362/07, que reajusta o valor do salário mínimo de R\$ 350 para R\$ 380 a partir de 1º de abril de 2007, abre a pauta da sessão deliberativa do Plenário, às 14h. Na agenda constam ainda outras duas

MPs e três projetos de conversão. Às 20h30, o Coral do Senado e o Madrigal de Brasília apresentam-se em concerto na Sala Martins Penna do Teatro Nacional Cláudio Santoro, com entrada franca.

Audiência pública sobre obesidade no Brasil

A Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), reúne-se às 9h30 para debater causas e consequências do avanço da obesidade no Brasil, especialmente entre as

crianças. Estão convidados para o encontro, entre outros, o professor da Universidade de São Paulo (USP) Carlos Monteiro e a coordenadora da Política de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde, Ana Beatriz Vasconcelos.



Comissão de Educação discute programa Biblioteca do Professor

A criação do programa Biblioteca do Professor, que visa reforçar a formação dos professores da rede pública de ensino, é um dos projetos em pauta na Comissão

de Educação (CE), que se reúne às 11h. Já a Comissão de Direitos Humanos (CDH) debate, às 14h, questões referentes ao Dia Mundial de Combate à Violência contra o

Idoso. Entre os convidados, estão o presidente do Conselho Nacional do Idoso, Paulo Roberto Barbosa Ramos, e a pesquisadora da FioCruz Cecília Minayo.



Mudanças nas zonas de processamento de exportação

As emendas apresentadas pelos deputados ao projeto do Senado que altera a legislação sobre o regime tributário, cambial e administrativo das zonas de processamento de exportação (ZPEs) devem ser votadas

hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Consta também da pauta a proposta que estabelece a parte da arrecadação da CPMF seja destinada ao município de origem.

CMA examina projetos que beneficiam os consumidores

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) promove reunião hoje, às 11h30, e deve votar projetos que beneficiam o consumidor. Na Comissão Mista de

Mudanças Climáticas, que se reúne às 14h30, será debatido o Código Florestal. Entre os convidados para a audiência pública, está a procuradora da República Ariane Guebel de Alencar.

Pregão eletrônico

Em reunião prevista para as 9h, a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) analisa o projeto do Executivo que dispõe sobre a ampliação do uso do pregão eletrônico na escolha de fornecedores de bens e serviços para o setor público. O texto altera a Lei de Licitações (Lei 8.666/03).

CPI do Apagão Aéreo

A CPI do Apagão Aéreo reúne-se às 10h30 para ouvir Cláudio Carvas, diretor da empresa Atech – Tecnologias Críticas, responsável pelo software de controle de voo usado no Brasil. Também será ouvido o ex-ministro e ex-presidente da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) Ozires Silva.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazílio
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Tião Viana e Papaléo Paes e pela senadora Rosalba Ciarlini

Osmar defende a fidelidade partidária e o fim da reeleição

Ao analisar a reforma política, em votação na Câmara esta semana, o senador Osmar Dias (PDT-PR) apoiou a proposta do Partido dos Trabalhadores (PT) para o fim da reeleição.

– Seria importante que o PT levasse avante essa ideia do fim da reeleição com mandato de cinco anos. Não dá mais para a população pagar o preço da reeleição, custa muito caro ao país. Quem está governando um estado, ou um município, ou até o próprio país, se não tiver pudor, usa a máquina de forma vergonhosa. Torna o processo eleitoral desigual.

O senador acusou ainda ocupantes de cargos do Poder Executivo de mandar “o dinheiro público para determinados órgãos, com a finalidade de depreciar a imagem dos seus concorrentes”.

Osmar defendeu a cláusula de barreira, para limitar o número de partidos, já que “esse número enorme de partidos, durante o processo eleitoral, acaba proporcionando um balcão de negócios”. Também por achar que são propostas que enfraquecem os partidos, condenou as coligações nas eleições proporcionais e a federação partidária, esta última utilizada por partidos pequenos



Para Osmar, candidato à reeleição “pode usar máquina de forma vergonhosa”

que não conseguiram o coeficiente eleitoral estipulado na cláusula de barreira.

Em contrapartida, defendeu a fidelidade partidária, que qualificou como “o fator mais importante da reforma política”. Disse ainda ser contra a lista fechada de parlamentares – sistema no qual o eleitor vota apenas no partido, que apresenta os nomes dos candidatos em uma ordem predeterminada, sendo eleitos os primeiros, até atingir o número de parlamentares conquistados naquela eleição.

Por fim, Osmar Dias defendeu o voto distrital e pediu a proibição da divulgação das pesquisas eleitorais a menos de 15 dias das eleições.

Congresso precisa debater os grandes temas, diz Cristovam

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) pediu ontem, em discurso no Plenário, que os parlamentares dêem prioridade à discussão de assuntos de interesse direto da população brasileira, como a diminuição das desigualdades sociais por meio da melhoria do sistema de educação.

Cristovam lamentou a ausência de debates sobre os grandes temas da atualidade no Congresso Nacional, ao contrário do que ocorreu em momentos anteriores, em que houve uma grande participação dos congressistas na aprovação de leis importantes, como a da abolição da escravidão, e na luta pela democratização do país.

O parlamentar destacou que até mesmo o tema da corrupção, no Congresso, se resume a denúncias contra opositores, em vez de proporcionar a busca de soluções que evitem essa prática.

Cristovam criticou o grande esforço despendido pelos parlamentares para a instalação, por exemplo, da CPI do Apagão Aéreo, ao lado de quase nenhum empenho para melhorar o transporte de ônibus que atende



Cristovam: Congresso está “imprensado” entre medidas do Executivo e do Judiciário

milhões de cidadãos, ao contrário dos aviões que beneficiam apenas milhares.

O senador apontou como uma das principais causas da falta de credibilidade do Congresso perante a opinião pública o papel mais ativo desempenhado pelo Executivo e pelo Judiciário. Em sua avaliação, o Parlamento está “imprensado” entre medidas provisórias do Executivo e liminares do Judiciário.

Em apartes, os senadores Paulo Paim (PT-RS) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN) parabenizaram Cristovam Buarque pelo pronunciamento.

Maior transparência nas licitações e agilização dos processos de compra, reduzindo custos operacionais, são apontadas como vantagens de proposta

Projeto que amplia uso do pregão eletrônico será votado na CCT

O projeto de lei que altera a Lei de Licitações para ampliar o uso do pregão eletrônico nas compras do governo pode ser votado hoje pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). O texto recebeu 69 emendas nesse colegiado – entre as quais 32 de autoria do senador Heráclito Fortes (DEM-PI), 11 de Francisco Dornelles (PP-RJ) e oito de Valdir Raupp (PMDB-RO).

A proposta (PLC 32/07), um dos itens do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), já foi aprovada na Câmara dos Deputados e tramita no Senado em regime de urgência.

A maior transparência nas licitações é um dos argumentos utilizados pelos defensores do uso generalizado do pregão eletrônico, instituído por lei em 2002. Outra vantagem seria a agilização dos processos de compra, o que, por sua vez, resultaria na redução dos custos operacionais.

De acordo com o senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), as licitações nas quais se passou a utilizar o pregão eletrônico vêm sendo concluídas na metade do tempo e tornaram-se até 20% mais baratas. O senador foi o relator da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), na qual seu parecer, favorável, foi aprovado.

No entanto, uma das críticas à matéria é que, apesar de ampliar o uso dessa modalidade de licitação, há limites de valor para a sua utilização. Quando foi aprovada na Câmara, a proposição limitava o uso do pregão eletrônico, no caso de obras, a contratos de até



Heráclito apresentou diversas emendas ao projeto, assim como Francisco Dornelles

R\$ 340 mil. Jarbas Vasconcelos elevou esse limite para R\$ 3,4 milhões. Já no caso de bens e serviços, ele manteve o teto fixado na Câmara: R\$ 85 milhões.

Se for aprovada na CCT, onde o relator é o senador Romeu Tuma (DEM-SP), a proposta deverá ser encaminhada para votação em Plenário.

Emendas

As 69 emendas apresentadas na CCT propõem alterações no projeto de lei ou diretamente na Lei de Licitações (Lei 8.666/03). Há, inclusive, algumas que impedem que o pregão eletrônico seja utilizado nas licitações destinadas à “contratação de obras, serviços e compras de grande vulto”, como é o caso de uma das emendas de autoria do senador Heráclito Fortes.

Valdir Raupp, que também apresentou emenda nesse sentido, justificou-a afirmando que “a utilização do pregão para tais contratações, prestigiando-se, assim, a contratação pelo menor preço, custe o que custar, importa em abrir mão da segurança do contrato e da qualidade final do objeto contratado”.



Comissão discute convergência tecnológica

Por requerimento do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a CCT realiza amanhã, a partir das 9h, audiência pública para debater o tema “Conteúdo audiovisual em tempos de convergência tecnológica”.

São aguardados o secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, Roberto Pinto Martins; o presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra), Amilcare Dallevo Júnior; o presidente da Associação Brasileira de Concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado (Abrafix), José Fernandes Pauletti; e o presidente do Conselho Federal da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Televisão (ABPI-TV), Fernando Dias.

Senado lança livro sobre governo Jânio Quadros

O Senado promove amanhã, às 19h, o lançamento do livro *Desafio inacabado: A política externa de Jânio Quadros*, de autoria de Carlos Alberto Leite Barbosa. A solenidade, na Biblioteca Acadêmica Luiz Viana Filho, contará com a presença do senador José Sarney (PMDB-AP) e do autor, que é embaixador aposentado.

A publicação é uma contribuição para difundir, sob a ótica internacional, os episódios que marcaram os sete meses do gover-

no Jânio Quadros, interrompido pela renúncia do presidente em 25 de agosto de 1961, em um período marcante da história brasileira.

De acordo com o autor, o ex-presidente Jânio Quadros defendia a presença maior do Brasil no cenário político mundial. Nessa perspectiva, tomou várias medidas de incentivo à abertura econômica e cultural com todos os povos do mundo, especialmente com os países africanos e com as nações que passavam por

um processo revolucionário de independência e autonomia.

O centro da obra é a implantação de uma política externa independente, segundo Leite Barbosa, que chegou a ser embaixador em Roma e Paris e representante do Brasil na Organização dos Estados Americanos (OEA). No livro, ele faz uma análise objetiva das bases estabelecidas, à época, para a condução das relações diplomáticas, políticas e econômicas do Brasil com as demais nações.

Sibá Machado, presidente do colegiado, espera concluir investigações da representação apresentada pelo PSOL antes do início do recesso parlamentar, previsto para 15 de julho

Renan antecipa envio de defesa ao Conselho de Ética do Senado

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL), presidente do Senado, encaminhou ontem ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Casa sua defesa diante da representação apresentada contra ele pelo PSOL. De acordo com matérias publicadas pela revista *Veja*, Renan teria cometido quebra de decoro parlamentar ao ter despesas pessoais pagas por Cláudio Gontijo, funcionário da empreiteira Mendes Júnior.

A entrega antecipada dos documentos – o prazo para a apresentação da defesa é de cinco sessões plenárias, a partir da notificação, ocorrida ontem – foi feita pelo advogado de Renan, Eduardo



Renan entrega documentos contestando acusação de quebra de decoro parlamentar

Ferrão, ao senador Epitácio Cafeteira (PTB-MA), relator da representação no conselho.

Jucá quer agilizar projeto sobre mineração em terras indígenas

Romero Jucá (PMDB-RR) agradeceu à Câmara dos Deputados por designar uma comissão especial para aprofundar e agilizar a discussão de projeto de autoria do senador que regulamenta a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas.

O parlamentar observou que já havia pedido reiteradas vezes aos deputados que aperfeiçoassem, nas comissões daquela Casa, o texto da proposta (PLS 121/95), para seu posterior reexame pelos

senadores.

Jucá disse ainda que o Ministério da Justiça e o Ministério Público também deverão ser ouvidos sobre o projeto, antes que ele seja votado. O senador lembrou que a matéria, apresentada há mais de 10 anos, “é fundamental para o controle da mineração em terras indígenas e seu enquadramento à nova legislação ambiental do país”.

– A proposta disciplina a mineração sob o ponto de vista ambiental e prevê, inclusive, a

Conforme a assessoria de imprensa de Cafeteira, o senador pelo Maranhão não começou a analisar a defesa encaminhada ontem por Renan. O relator, segundo seus assessores, ainda está examinando os documentos que haviam sido encaminhados anteriormente por Renan ao corregedor do Senado, Romeu Tuma.

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, Sibá Machado (PT-AC), informou que espera concluir as investigações da representação contra Renan até 15 de julho, quando deve ter início o recesso parlamentar.



Designação de colegiado na Câmara para analisar a proposta foi elogiada por Jucá

distribuição de royalties às nações indígenas e o pagamento de impostos à população nas áreas exploradas – acrescentou o senador por Roraima.

Comissão discute reformulação do Código Florestal

A comissão mista especial criada para acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil realiza hoje, a partir das 14h30, uma audiência pública para debater o Código Florestal Brasileiro (Lei 4.771/65). Segundo o autor do requerimento para o debate, deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), o objetivo é discutir a “mais importante lei ambiental do país” após 42 anos de sua

publicação. Para o deputado, “novos desafios, como a problemática do aquecimento global, demandam novos marcos legais e reformulações na legislação vigente”.

Conforme Rollemberg, entre os assuntos a serem discutidos estarão as causas e consequências das mudanças climáticas; maneiras de reduzir as emissões e de favorecer os mecanismos biológicos relacionados ao metabolismo do gás carbônico atmosférico; e ainda a problemática do desmatamento. Tudo isso “sob a ótica do binômio gestão ambiental sustentável e desenvolvimentos socioeconômico”, afirma o parlamentar.

Entre os convidados para a audiência está Ariane Guebel de Alencar, procuradora da República em Angra dos Reis (RJ) e representante da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão – Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do Ministério Público Federal. Também foram convidados Gustavo Trindade, consultor jurídico do Ministério do Meio Ambiente; Edis Milaré, consultor em meio ambiente e advogado da empresa Milaré Advogados; e André Lima, advogado do Instituto Socioambiental (ISA).

A audiência será realizada na sala 15 da Ala Alexandre Costa.



Viana (D) e Demostenes iniciam investigações de denúncias contra a Infraero

Especialistas falam à CPI sobre segurança do controle aéreo

A CPI do Apagão Aéreo reúne-se hoje, a partir das 10h30, para ouvir analistas independentes sobre a segurança do sistema de controle aéreo nacional. Estão convidados Cláudio Carvas, diretor da empresa Atech – Tecnologias Críticas, responsável pelo software de controle de voo usado no Brasil; Ozires Silva, ex-ministro dos Transportes e da Infra-Estrutura e ex-presidente da Petrobras e da Embraer; Rubens Alves e o comandante Jefferson Vaz de Oliveira, especialistas em aviação.

A audiência representa uma nova fase nas investigações da comissão. Na última semana, foi encerrada a primeira etapa, com a apresentação de relatório parcial do relator, senador Demostenes Torres (DEM-GO), sobre o acidente ocorrido em 29 de setembro

de 2006 entre um avião da Gol e um jato pilotado por norte-americanos no qual morreram 154 pessoas. A segunda fase de investigações trata das denúncias contra a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero).

Após ouvir os quatro analistas independentes sobre como está estruturado o controle de tráfego aéreo brasileiro, Demostenes espera que seja possível apresentar relatório parcial sobre essa fase de investigações. Segundo observou o relator, as conclusões parciais deverão ser apresentadas na semana seguinte às oitavas.

De acordo com o relator, se os depoimentos de hoje forem suficientemente informativos, na reunião de quinta-feira serão realizadas audiências sobre a situação da Infraero.

Passageiro poderá ter compensação após duas horas de atraso em voo

Tramita na Comissão de Justiça (CCJ) projeto do senador Renato Casagrande (PSB-ES) determinando que, em caso de atraso superior a duas horas, as companhias aéreas providenciem o embarque do passageiro em outro voo para o mesmo destino ou, se o passageiro preferir, devolvam o valor integral da passagem. Além disso, o passageiro ainda teria direito a receber uma indenização no valor da passagem, paga na hora da reclamação e em moeda nacional.

A proposta (PLS 283/07) também inclui atrasos em aeroportos de escala, estabelecendo a responsabilidade da empresa por eventuais despesas de alimentação e hospedagem do passageiro no período de espera.

O projeto modifica os artigos 230 e 231 do Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA), que estipula



Proposta de Casagrande tramita na CCJ, onde aguarda escolha de relator

um período mínimo de quatro horas de atraso para que o passageiro reclame seus direitos. Segundo justificativa de Casagrande, o sistema e a tecnologia de transporte aéreo evoluíram muito desde a instituição do código, em 19 de dezembro de 1986, e por isso a lei precisa ser revista.

O projeto aguarda a designação de relator na CCJ.



Projeto de Raupp beneficia pessoas físicas e visa incentivar formalização da economia

Raupp quer dedução de CPMF e IOF do Imposto de Renda

Projeto que permite a dedução da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF) da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física encontra-se na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde receberá decisão terminativa.

A proposta (PLS 274/07) de Valdir Raupp (PMDB-RO) altera a Lei 9.250/95 para incluir, nas deduções feitas anualmente pelo contribuinte, os pagamentos efetuados no ano-calendário a título de CPMF e os pagamentos relativos ao IOF.

De acordo com o projeto, o Poder Executivo deverá estimar a renúncia fiscal implícita na aprovação da lei e a incluirá no demonstrativo da lei orçamentária anual.

Carga elevada

Segundo Raupp, a carga tributária no país é muito elevada e as pessoas físicas que estão na economia formal sofrem maior pressão fiscal quando comparada sua situação com a tributação incidente sobre as que estão na economia informal ou com as pessoas jurídicas.

Esse fato ocorre, segundo o senador, porque as pessoas que estão no mercado informal, embora paguem CPMF e IOF, não pagam os demais tributos incidentes sobre aqueles que participam da economia formal. E, para as pessoas jurídicas, já existe previsão de exclusão da base de cálculo do Imposto de Renda quanto aos pagamentos efetuados, no ano-calendário, a título de CPMF e de IOF.

– Desse modo, nada mais razoável do que deduzir da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física os valores pagos a título de CPMF e IOF, inclusive como forma de incentivar a formalização da economia – afirma o autor da proposta.

Senador petista afirma que “há pouco tempo os que acreditavam na possibilidade de se dobrar o valor de compra do salário mínimo eram considerados sonhadores”

Salário mínimo vale quase US\$ 200, comemora Paim

Paulo Paim (PT-RS) comemorou ontem, quando a cotação do dólar estava em R\$ 1,93, o fato de o salário mínimo brasileiro, que é de R\$ 380, estar se aproximando dos 200 dólares (US\$ 196,89). O senador disse que em 2003 o salário mínimo chegou a valer em torno de apenas US\$ 60.

– Há pouco tempo nós defendíamos um salário mínimo adequado para que o trabalhador pudesse viver com dignidade e sustentar sua família e sonhávamos ultrapassar a barreira dos US\$ 100. Quando falávamos que era possível dobrar o valor de compra do salário mínimo, éramos chamados de sonhadores. Dobramos. E dobrar o poder de compra é até mais importante do que dobrar o valor em relação ao dólar – afirmou Paim.

Por outro lado, informou que continuará lutando para que o governo federal coloque em prática uma política de recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas, sobretudo dos que têm remuneração superior a um salário



Luta maior agora é pela recuperação dos benefícios dos aposentados, diz Paim

mínimo. Ele disse considerar justo que o aposentado receba um valor correspondente ao que recebia quando deixou de trabalhar.

Outro assunto abordado por Paim foi uma reunião realizada ontem em Porto Alegre, da qual participaram os senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS), deputados federais e estaduais pelo Rio Grande do Sul, a governadora do estado, Yeda Crusius, e representantes de entidades ligadas aos agricultores, em especial

Rozzevel/Photo

rizicultores. O tema foi a dívida dos produtores gaúchos, hoje estimada em R\$ 9,2 bilhões.

Paim informou que agendou para hoje, às 14h30, em Brasília, uma reunião com o ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Walfrido Mares Guia, para que representantes de trabalhadores e produtores rurais, de pecuaristas e das indústrias calçadista e moveleira possam discutir a crise do Rio Grande do Sul. O senador também cumprimentou o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra por estar realizando em Brasília, durante esta semana, seu quinto congresso nacional.

Paim tratou ainda do jogo de bocha em seu pronunciamento. Ele opinou que essa prática esportiva deve ser considerada como alternativa para o combate à violência e para garantir cidadania à juventude. Em aparte, Wilson Matos (PSDB-PR) acrescentou que, no esporte, crianças e adolescentes aprendem regras e os limites da convivência.

Teto para auxílio-doença pode melhorar gestão da Previdência

O Plenário aprovou, há uma semana, projeto que, entre outras medidas, disciplina a concessão do auxílio-doença. Pela proposição, enviada à Câmara, a renda mensal do benefício não poderá exceder a média aritmética simples dos 24 últimos salários-de-contribuição ou o último salário de contribuição, considerado o que for maior.

Atualmente, o auxílio-doença é calculado tomando por base a média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição, correspondentes a 80% de todo o período contributivo (desde 1994).

– Na prática, foi estabelecido um teto. Antes, você pegava o tempo de trabalho do beneficiário e, muitas vezes, com as correções monetárias e todos os cálculos que se fazia, o resultado era um salário-benefício maior que o salário atual do empregado, o que gerava uma série de distorções e prejuízos para o governo – explicou o consultor legislativo Fernando Boaroto Meneguim.

De fato, como apontaram os senadores Aloizio Mercadante (PT-SP), autor do projeto (PLS 261/05), e Romero Jucá (PMDB-RR), relator, os gastos do governo com o auxílio-doença vêm crescendo de forma descontrolada nos últimos anos.

Meneguim informa que, de 2000 a 2004, a concessão do auxílio quase quadruplicou – os valores passaram de R\$ 2,5 bilhões para mais de R\$ 9 bilhões, o que representa 7,5% dos gastos da Previdência. Na justificativa da matéria – que foi baseada em uma medida provisória rejeitada pelo Congresso –, o autor afirma que esse crescimento não tem nenhuma relação com os indicadores demográficos e de saúde.

“A concepção do auxílio-doença é a de um direito para o atual momento da vida do trabalhador. Não é um benefício perene. É justo que os diversos tipos de aposentadoria e pensões sejam regidos pela história contributiva do trabalhador, mas que o auxí-



Mercadante: auxílio deve guardar relação com a realidade atual do trabalhador

lio-doença guarde relação com sua realidade atual”, argumenta Mercadante.

O auxílio-doença é um benefício a que o segurado tem direito quando está impossibilitado de exercer seu trabalho normalmente, devido após o 15º dia de impossibilidade de comparecimento (antes disso, o empregador arca com o salário).

O projeto aprovado introduz uma série de outras mudanças que objetivam melhorar a gestão dos recursos da Previdência. Entre elas, Meneguim destaca a obrigatoriedade de os cartórios informarem a morte do segurado à Previdência Social, sob pena de estarem sujeitos a multas.

Gerakby/Vagabô

Audiência na CI debate Corredor Centro-Leste

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) promoverá nesta quinta-feira, a partir das 10h, audiência pública para discutir soluções que viabilizem e consolidem o Corredor Centro-Leste, destinado a escoar a produção da região noroeste de Minas Gerais e do centro de Goiás.

O projeto do Corredor Centro-Leste envolve, basicamente, a utilização da estrada de ferro Vitória-Minas e de um ramal ferroviário entre Belo Horizonte e Pirapora (MG) e entre essa cidade e Unai, também em Minas Gerais, a ser ainda construído. O Centro-Leste é um dos cinco corredores multimodais de transporte criados pelo governo federal com o objetivo de permitir a comercialização da produção agrícola. Os outros são o Noroeste, o Centro-Norte, o Nordeste e o Sudoeste.

Foram convidados para participar da reunião da CI o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento; os governadores do Espírito Santo, Paulo Hartung, de Goiás, Alcides Rodrigues, e de Minas Gerais, Aécio Neves; além do diretor-presidente da Companhia Vale do Rio Doce, Roger Agnelli, e do diretor-geral da ANTT, José Alexandre de Resende.

A audiência foi solicitada por Renato Casagrande (PSB-ES), Marconi Perillo (PSDB-GO), Wellington Salgado (PMDB-MG), Eliseu Resende (DEM-MG) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

CDH discute prejuízos a poupadores

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realizará audiência pública nesta quinta-feira, a partir das 9h, para tratar da situação dos poupadores de caderneta de poupança que tiveram prejuízos em razão dos planos Bresser, Verão, Collor I e II.

Entre os convidados, estão a presidente do conselho diretor do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Sílvia Vignola; o defensor público-geral da União, Eduardo Flores Vieira; o defensor público federal João Paulo de Campos Dorini; o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Fábio Colletti Barbosa; e o diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, Ricardo Morishita Wada.

Coral do Senado faz apresentação com Madrigal de Brasília

O Coral do Senado e o Madrigal de Brasília farão uma apresentação conjunta e gratuita hoje, a partir das 20h30, na Sala Martins Pena do Teatro Nacional Cláudio Santoro, em Brasília. Chori Fraternali, que significa coros irmãos, é o nome do espetáculo, que pretende oferecer ao público "um encontro com a arte dos sons vocais".

É o 20º concerto semestral que o Coral do Senado realiza no Teatro Nacional, mas os anteriores foram apresentações solo. O concerto Chori Fraternali terá duas partes. A primeira ficará por conta do Coral do Senado, com um repertório variado que se inicia com Agnus Dei, de Hans Leo Hassler, passando por Viola enluarada, de Marcos e Paulo Sérgio Valle, e músicas do folclore brasileiro. Imagine, de John Lennon, e I'm bound away, Canto de Marujos (Irlanda), encerram essa primeira etapa.

O Madrigal de Brasília abre a segunda parte com Ubi caritas, de Maurice Duruflé, passando por A arca de Noé, de Ernst Mahle, com poema de Vinícius de Moraes – e outras canções brasileiras e internacionais. No encerramento, os dois coros se juntam para cantar Verano porteño, de Astor Piazzolla, e Fantasia, de Chico Buarque de Hollanda.

Reconhecimento

O Coral do Senado iniciou suas atividades em 1996 por iniciativa do diretor-geral, Agaciel Maia, e do então presidente da Casa, senador José Sarney (PMDB-AP). Sob a direção da maestrina Glicínia Mendes, o coral, nesses poucos mais de dez anos de existência, já gravou dois CDs (Canta Brasil, em 1999, e Hinos do Brasil, em 2002) e fez diversas apresentações nacionais e internacionais.

Já o Madrigal de Brasília, da Escola de Música de Brasília, surgiu em 1963 por iniciativa do maestro Levino Ferreira de Alcântara. O grupo já gravou quatro CDs, sendo dois com enfoque na composição coral brasileira e um deles contendo somente o Hino Oficial de Brasília e o Hino Nacional Brasileiro. O coral, atualmente sob a regência do maestro Éder Camúzis, é conhecido nacional e internacionalmente, tendo alcançado, em 1994, no III Festival Internacional de Coros, em Atenas (Grécia), a medalha de prata na categoria Coro Misto e o primeiro lugar na categoria Coro Folclórico.

Vice-presidente do Senado Federal sugere reconhecimento anual de trabalhos que ajudem a nação se conhecer "mais e melhor"

Viana propõe criação de prêmio para estimular pesquisa histórica

Projeto de resolução que cria o Prêmio Senado de História do Brasil, destinado a pesquisadores e estudiosos, foi apresentado pelo vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC). O objetivo é incentivar o desenvolvimento da pesquisa histórica no país, "condição essencial para que a nação se conheça mais e melhor", de acordo com o senador.

Serão oferecidas premiações aos três primeiros colocados e, segundo Tião Viana, o prêmio possibilitará a publicação e a circulação de obras de reconhecido valor histórico, além de tornar mais conhecido o Arquivo Histórico do Senado.

– Com periodicidade anual, o Prêmio Senado de História tam-



Viana também destaca inauguração do Hospital do Câncer de Rio Branco

bém contribuirá para a consolidação da imagem de um Poder Legislativo comprometido com a educação, a cultura e a ciência do país – acrescentou.

O senador informou ainda que

Geack/Magda

foi inaugurado, na sexta-feira, o Hospital do Câncer de Rio Branco, com a presença do ministro da Saúde, José Gomes Temporão. Por meio de uma parceria entre a Fundação Hospital Estadual do Acre (Fundhacre) e o governo federal, o Instituto Nacional do Câncer (Inca), com sede no Rio de Janeiro, emprestou à unidade do Acre especialistas do último ano de formação. Fora isso, o hospital recebeu ainda profissionais de São Paulo e conta com equipamentos modernos.

Em aparte, Ideli Salvatti (PT-SC) saudou a inauguração do hospital em Rio Branco e disse que "aos poucos o país entende que a prevenção é uma grande arma contra o câncer".

Projeto restringe a brasileiros a produção de audiovisual

As atividades de produzir, programar e prover sinais de sons, imagens ou textos para distribuição por meio eletrônico, independentemente das tecnologias utilizadas, poderão passar a ser privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, de acordo com projeto de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) que tramita na Comissão de Educação (CE).

A proposta (PLS 280/07) permite, entretanto, que pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no país também possam exercer a atividade, desde que 51% do capital votante pertençam, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

O projeto encontra-se com o

relator, senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS). Se aprovado pela CE, ainda será examinado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), onde será votado em decisão terminativa.

Para Flexa Ribeiro, "neste momento de concretas indicações de que o país está buscando um caminho para assegurar sua hegemonia cultural, o projeto vem trazer proposições efetivas que permitirão a viabilização de idéias e conceitos em gestação, como o fortalecimento do sentimento de nação, que entendemos estar ligado à cultura brasileira, feita por brasileiros, para brasileiros".

O texto considera brasileiro o conteúdo que envolva participação significativa de profissionais como



Flexa Ribeiro diz que proposta busca preservar e fortalecer a cultura brasileira

autores, roteiristas, diretores, jornalistas, apresentadores, locutores, atores e outros artistas.

Ainda de acordo com a proposta de Flexa Ribeiro, sujeita-se a multa de R\$ 100 mil a R\$ 5 milhões por infração, a ser imposta pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), a pessoa jurídica ou física que realizar distribuição por meio eletrônico em desconformidade com o previsto na lei.

Rádio Senado lembra 30 anos da Lei do Divórcio

Os 30 anos da regulamentação do divórcio no Brasil serão tema de reportagem especial da Rádio Senado. Com trechos dos debates da sessão histórica de 15 de junho de 1977, na qual foi aprovada a Emenda Constitucional (PEC 9/77), regulamentada pela Lei do Divórcio (Lei 6.515/77), o programa vai ao ar às 20h da próxima sexta-feira.

O autor da PEC foi o então senador Nelson Carneiro, que durante 26 anos defendeu a instituição do divórcio.

O programa da Rádio Senado apresenta uma dramatização de uma sessão realizada no ano de 1900, em que o Congresso discutiu pela primeira vez o assunto, e inclui ainda gravações de trechos de discursos da sessão de junho de 1977, entre eles o pronunciamento de Nelson Carneiro.

A sessão em que a emenda recebeu aprovação foi bastante tumultuada, com a presença de mais de mil pessoas nas galerias. Esses cidadãos provocaram, com suas manifestações, a interrupção dos trabalhos legislativos por duas vezes.

Após a aprovação da matéria, por 226 votos contra 159, a questão foi retomada em dezembro do mesmo ano, quando foi aprovado o projeto de lei de autoria dos então senadores Nelson Carneiro e Accioly Filho que regulamentou a emenda constitucional.

A Rádio Senado reprisará o programa no sábado, às 10h, e no domingo, a partir das 17h. A emissora pode ser sintonizada em FM (91,7 MHz para Brasília e regiões vizinhas) e em OC (5.990 KHz, na faixa de 49 metros, para as regiões Norte e Nordeste).

Também é possível ouvir esse e outros programas e reportagens da Rádio Senado na internet, na página www.senado.gov.br/radio.

Programa Inclusão recebe Prêmio Clara de Assis

O programa Inclusão da TV Senado foi escolhido para receber o Prêmio Clara de Assis de Televisão na categoria Documentário, pela edição Hanseniasse – Um passado presente. O programa é dirigido e apresentado por Solange Calmon.

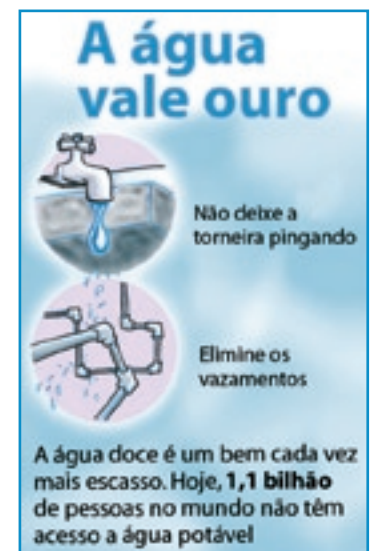
O prêmio é concedido pela

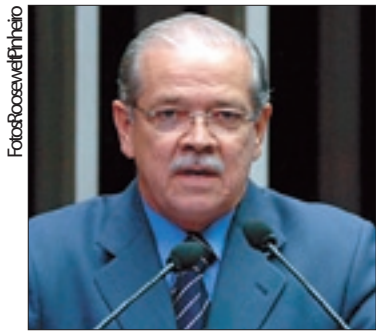
Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) como iniciativa de valorização do trabalho dos diretores da televisão brasileira e de promoção de novos produtores que "ajudam na construção de uma sociedade fraterna e solidária".

De acordo com a entidade, a premiação serve como um "espaço de diálogo da Igreja Católica com os profissionais da televisão brasileira e com a sociedade, promovendo a leitura crítica da comunicação

televisiva".

Os troféus serão entregues no dia 18 de julho, durante o 5º Mutirão Brasileiro de Comunicação, que ocorre de 15 a 20 de julho, em Belém. O evento terá como tema "Fé e Cultura da Paz". Também será premiado na categoria Documentário o vídeo Presídios de Belém, da TV Nazaré. A TV Globo receberá o prêmio na categoria Dramaturgia com a minissérie Hoje é Dia de Maria, do diretor Luiz Fernando Carvalho.





"De que adianta discutirmos o Orçamento por seis meses?", questiona César Borges

César Borges repudia MPs para complementação orçamentária

Citando reportagem do jornal Folha de S. Paulo, o senador César Borges (DEM-BA) repudiou o uso de medidas provisórias pelo governo para complementação orçamentária. Ele observou que, segundo o jornal, o governo Lula já criou gastos no valor de R\$ 1,8 bilhão para reforçar obras do Programa de Aceleração do

Crescimento (PAC), enquanto retém R\$ 16,4 bilhões previstos no Orçamento que o próprio Executivo elaborou.

– O governo está usando e abusando das MPs, algo que o PT tanto criticou e chamou de resquíio autoritário. De que adianta discutirmos o Orçamento aqui [no Congresso Nacional]

por seis meses? Quais interesses estão ditando esse comportamento do governo? Que empresa está sendo beneficiada [com as obras do PAC]? – questionou.

César Borges também condenou a obra de transposição do rio São Francisco. Ele observou que, ao custo previsto de R\$ 6 bilhões, é a obra mais cara do PAC, que

está "empacado" com 29 projetos de infra-estrutura parados por diversos motivos.

– Se 60% das obras saírem do papel, já será um feito muito grande. É apenas efeito de pirotecnicia para enganar a população. As obras estão paradas. Essa obra faraônica terá início, mas não terá meio nem fim – criticou.

Renan Calheiros recebe a presidente da Letônia amanhã

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebe, às 15h de amanhã, a presidente da Letônia, Vaira Vike-Freiberga, que realiza visita oficial ao Brasil, participando das comemorações do primeiro centenário da imigração letã na América do Sul. É a primeira visita de um presidente letão ao Brasil para encontrar conterrâneos e descendentes dos que aqui se radicaram.

A maior colônia letã no continente fica em Nova Odessa (SP), onde Vaira Vike-Freiberga participou, no domingo, de vários eventos, entre eles uma cerimônia religiosa na 1ª Igreja Batista da Fazenda Velha, local que recebeu a primeira leva de

imigrantes oriundos da Letônia para São Paulo.

Em Nova Odessa, a presidente letã participou ainda da assinatura, pelos prefeitos da cidade, Manoel Samartin, e do município letão Jelgava, Andris Ravins, de um Protocolo de Intenções de Cidades-Irmãs, que prevê o intercâmbio de informações e a troca de experiências entre as duas cidades com o objetivo de buscar o crescimento de seus municípios e de suas relações bilaterais.

Estima-se que mais de 3 mil letões, provenientes da própria Letônia e das comunidades letãs na Rússia, emigraram, com destino ao Brasil, no início do século 20.

Wilson Matos aponta papel social das universidades privadas

Wilson Matos (PSDB-PR) assinalou o papel social das instituições privadas de ensino superior no país. Ele revelou que esses estabelecimentos empregam 200 mil dos 300 mil professores universitários e 157 mil dos 272 mil funcionários do ensino superior.

– Dos mais de 20 mil cursos superiores oferecidos, 75% estão em instituições privadas – ressaltou o senador.

Ainda segundo dados do último censo sobre educação, citados por Wilson Matos, 87% das vagas no ensino superior são oferecidas pela iniciativa privada. Dos 4,5 milhões de estudantes universitários, mais de 3,3 milhões estão nessas instituições, que também são responsáveis pela formação de mais de 70% dos profissionais de nível superior no país.

O senador admitiu que as universidades particulares ainda apresentam deficiências segundo as avaliações governamentais, mas ponderou que essas instituições também estão submetidas a controle de qualidade do Ministério da Educação. Na sua



Wilson Matos: 75% dos cursos oferecidos no país estão nas instituições privadas

opinião, tanto as avaliações de desempenho como as políticas de financiamento estudantil foram fundamentais para melhorar a qualidade da educação e democratizar o ingresso no ensino superior.

Para estimular o setor, o senador reivindicou a ampliação do acesso ao financiamento estudantil e o uso de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento das mensalidades escolares. Wilson Matos condenou ainda a obrigatoriedade de as instituições arcarem com o ônus de alunos inadimplentes.

Para Lobão, comércio mundial precisa ter condições isonômicas

Senador reclama da valorização do real perante o dólar, que prejudica as exportações, e das diferentes condições trabalhistas nos países, que influem nos custos de mão-de-obra

O senador Edison Lobão (DEM-MA) afirmou ontem que o "jogo do comércio mundial" precisa ter regras claras e condições isonômicas que sejam válidas para todos os países. Ele registrou que a valorização do real perante o dólar vem prejudicando o setor exportador nacional, pois os produtos importados ficam mais baratos com a queda do valor da moeda norte-americana.

Entretanto, frisou o senador, outra variável também é relevante na análise do comércio internacional atualmente: as diferenças das condições trabalhistas nos países. Ele exemplificou citando os setores têxtil e calçadista brasileiros, que vêm há alguns anos diminuindo suas atividades. Ambas as áreas utilizam mão-de-obra intensiva, contando com grande número de operários, "e têm na folha salarial um peso robusto



Edison Lobão aponta "concorrência brutal" dos produtos da China e do Vietnã

para as suas planilhas de custo".

O parlamentar assinalou que os calçados e as confecções nacionais "têm sofrido brutalmente com a concorrência" de produtos similares da China e do Vietnã, "mais baratos e mais fartos". Lobão salientou as diferenças nas condições de trabalho entre brasileiros, chineses e vietnamitas: um

operário do Vietnã recebe US\$ 0,28 por hora trabalhada; o chinês, US\$ 0,48; e o operário brasileiro do setor têxtil, US\$ 1,06.

– Como podemos competir com essa brutal disparidade de custos com mão-de-obra? Isso sem falar na jornada de trabalho, que lá é bem maior, e no desequilíbrio da legislação laboral – afirmou Lobão, acrescentando que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) precisa se empenhar mais para ajudar os países a terem leis trabalhistas que auxiliem o desenvolvimento de um comércio mundial mais justo.

O senador disse ainda que o governo está avaliando a concessão de tratamento diferenciado aos setores de mão-de-obra intensiva. A Tarifa Externa Comum (TEC), para a importação de calçados e produtos têxteis, informou Lobão, já foi elevada para 35%.

Claudino sugere medidas para estimular crescimento do país

João Vicente Claudino (PTB-PI) afirmou ontem que "o governo não pode ser um entrave ao crescimento, e sim seu indutor". As forças produtivas, disse, buscam uma maior eficiência do Estado em todas as suas dimensões, tanto legal quanto executiva, abarcando a confiabilidade nas instituições.

O governo, afirmou o senador, tem que colaborar com a diminuição da burocracia e da carga tributária, e melhorar o uso do dinheiro público e o quadro fiscal, fatores que inibem os investimentos no país.

Segundo Claudino, os objetivos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) têm que ser

alcançados e estão alinhados com o Plano de Desenvolvimento da Educação, pois sem educação a mão-de-obra jamais conseguirá ser qualificada para dar sustentação ao crescimento. Com esses movimentos, na sua avaliação, o governo sinaliza para a iniciativa privada "que está se mexendo para não ser um entrave ao crescimento, e sim seu indutor".

O parlamentar citou como exemplo de iniciativa em que o Estado atua como indutor do crescimento as zonas de processamento de exportação (ZPEs), dentre as quais destacou a de Parnaíba, no Piauí.

– As ZPEs são um instrumento



João Vicente Claudino pede colaboração entre governo e iniciativa privada

poderoso para proporcionar condições adequadas para atração de investimentos estrangeiros, colocando os nossos empresários em igualdade de condições para enfrentarem a concorrência dos mercados internacionais e conter a saída de empresas nacionais, em busca de fatores de competitividade – afirmou.



Rosalba: pescadores de lagosta não têm como se adaptar até o próximo dia 16

Rosalba quer adiar normas para pesca de lagosta

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) apelou ontem para que o governo reveja instrução normativa e amplie o prazo para os pescadores da lagosta se adaptarem às novas normas da atividade. De acordo com a senadora, eles não têm condições de se adaptar até o próximo dia 16 de junho, quando a pescada lagosta será novamente liberada. Os pescadores, agora, devem utilizar equipamento adequado para evitar a pesca predatória, e o financiamento pelo Banco do Nordeste está previsto somente para dezembro. Com isso, o trabalho de cerca de 10 mil pescadores será inviabilizado.

A senadora explicou que a utilização do covo – espécie de gaiola que funciona como ratoeira e atrai as lagostas para seu interior – como única armadilha dificulta a atividade, pois o equipamento é importado, tem alto custo e nem sempre está disponível no mercado. Enfatizou a importância da pesca da lagosta para os trabalhadores do Nordeste por trazer mais renda e oportunidades de trabalho.

Sensibilidade

Na avaliação de Rosalba Ciarlini, embora seja importante adotar medidas para coibir a pesca predatória, o governo deveria agir com “bom senso e sensibilidade” e realizar um trabalho de conscientização e de capacitação com os pescadores, para trabalharem com o equipamento considerado mais apropriado para a pesca, e não proceder da forma como vem agindo, “de cima para baixo”, sem preparar os trabalhadores para a mudança.

A parlamentar criticou a maneira como foi feita a seleção das embarcações autorizadas a pescar pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, que credenciou 385 das 669 embarcações inscritas, tendo excluído, no início do processo, cerca de 700 barcos por problemas de tamanho que, segundo ela, se bem analisados, poderiam ter sido superados.

Intenção é chegar a ambientes 100% livres do fumo, meta recomendada pela Organização Mundial da Saúde, diz o senador. Brasileiros de baixa renda seriam os mais beneficiados

Papaléo defende mais restrições ao uso de tabaco



Tabagismo é hoje a segunda maior causa de mortes no mundo, informa Papaléo

em razão da fumaça do cigarro em locais de trabalho. Também é de se destacar negativamente que 700 milhões de crianças, metade da população infantil do mundo, são expostas ao cigarro consumido por adultos.

Gastos

Papaléo salientou que o fumo causa outros danos. De acordo com a OMS, em vez de investir em educação, cuidados pessoais, alimentação e saúde, as famílias carentes de países pobres gastam até 10% de sua renda com o fumo. Notícia do jornal Folha de S. Paulo, de 28 de maio, afirma que “o brasileiro gasta mais com cigarros do que na compra de alimentos como arroz e feijão”, segundo pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas.

Apesar da queda no número de fumantes no Brasil, o senador Papaléo Paes (PSDB-AP) defendeu mais restrições ao consumo de tabaco, de tal modo que se possa caminhar em direção a ambientes 100% livres do fumo, de acordo com o que recomenda a Organização Mundial da Saúde (OMS). Segundo Papaléo – que é médico –, os mais beneficiados com as medidas restritivas serão os brasileiros de baixa renda, já que gastarão menos com o cigarro e seus males, elevando, assim, suas rendas e vivendo uma vida mais saudável.

O senador referiu-se à passagem do Dia Mundial de Combate ao Tabaco, em 31 de maio último, para pregar a intensificação da luta para livrar o país do fumo. Ele observou que áreas reservadas a fumantes e sistemas de filtração são importantes, mas não protegem totalmente os fumantes passivos.

– Este é o momento de redobramos os nossos esforços. O tabagismo é, atualmente, a segunda maior causa de mortes no mundo.

Conforme o parlamentar, a cada ano, 5 milhões de pessoas morrem em decorrência dos males provocados pelo cigarro. Dessas, 200 mil não são fumantes, mas ficam sob os riscos do tabaco

Projeto desregulamenta serviços de recuperação de usuários de drogas

Comunidades terapêuticas dedicadas à recuperação de usuários e dependentes de drogas poderão ficar desobrigadas de cumprir exigências mínimas de funcionamento estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Tal desregulamentação é o foco de projeto de lei do senador Magno Malta (PL-ES) que deverá ser votado em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Segundo Magno Malta, essa proposta (PLS 271/07) já havia sido incluída no PLS 115/02, elaborado pela Comissão Mista de Segurança Pública. Aprovado pelo Congresso Nacional, o PLS 115/02 acabou gerando a Lei 1.343/06, que instituiu o Sistema

Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad). A questão é que a desregulamentação foi derrubada na votação da matéria na Câmara dos Deputados, o que motivou o parlamentar a reapresentá-la no Senado.

O novo dispositivo proposto à Lei 11.343/06 desobriga as comunidades terapêuticas de seguirem as normas da Anvisa até que o poder público instale esse tipo de serviço em localidades com mais de 100 mil habitantes. Na justificativa do projeto, Magno Malta saiu em defesa dessas organizações do terceiro setor, “que necessitam da compreensão e incentivo por parte da sociedade e do governo para sua atuação”.

Atualmente, as entidades voltadas ao tratamento de usuários

– O cigarro chega a matar hoje, nos países em desenvolvimento, mais que a soma de outras causas evitáveis de morte, como cocaína, heroína, álcool, incêndios, suicídios e Aids – disse o senador, mencionando declaração do médico Roberto Rodrigues Júnior ao jornal Correio Brasileiro.

Para melhorar esse quadro, a OMS propõe não só a proibição do fumo em locais de trabalho e ambientes públicos fechados, mas também o aumento dos impostos, restrições à publicidade e a criação de programas de apoio aos fumantes que querem deixar o hábito.

No Brasil, já surtiram efeito medidas obrigando as fábricas de cigarro a imprimir imagens de advertência nas embalagens dos produtos; a proibição do fumo em determinados espaços, como aeronaves e repartições públicas; bem como a suspensão da publicidade na televisão. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelou que, entre 1999 e 2006, a população fumante caiu de 40% para 20%.

Na avaliação de Papaléo, a redução nos gastos com o sistema de saúde compensará, em muito, a perda de rendimentos da indústria do fumo.



Malta quer desobrigar comunidade terapêutica de seguir normas da Anvisa

e dependentes de drogas são reguladas pela Resolução – RDC 101 da Anvisa, editada em 2001.

Além de fixar as exigências mínimas de funcionamento, esse regulamento técnico determina que as comunidades terapêuticas deverão ser avaliadas e inspecionadas ao menos uma vez por ano, devendo-se garantir livre acesso dos fiscais sanitários a todas as dependências dos estabelecimentos.



Segundo Ideli, haverá três novos campi da universidade no interior de Santa Catarina

Ideli comemora interiorização de universidade

Ideli Salvatti (PT-SC) comemorou ontem o movimento de expansão do campus da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para o interior do estado, depois de ter concentrado suas atividades em Florianópolis durante 45 de seus 47 anos de existência.

– Desde o final de 2005 e início de 2006, a universidade começou a atravessar a ponte. Agora, estamos na fase da instalação de três campi. Vamos ter três estruturas no interior do estado: uma ao sul, outra ao norte e outra a oeste – explicou.

Para a senadora, o processo estimulará o aprofundamento da produção científica da instituição. Ela destacou que a UFSC já é a primeira universidade federal em produção científica do país e a terceira quando consideradas todas as universidades públicas, atrás das universidades de São Paulo (USP) e de Campinas (Unicamp).

Vagas

Ideli lamentou, no entanto, o fato de Santa Catarina ser o segundo pior estado do país quando considerada a relação entre os jovens em idade universitária (entre 18 e 25 anos) e o número de vagas oferecidas nas universidades públicas.

– Só temos a universidade federal, que oferece cerca de 20 mil vagas, e outra estadual (Udesc), com cerca de 8 mil. Essa oferta não corresponde nem a 10% do número de estudantes do ensino superior do estado.

A representante de Santa Catarina também comentou dados do último Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), que deu nota máxima a mais de um quinto das instituições de ensino superior públicas avaliadas. O Enade, ressaltou Ideli, constatou ainda que os bolsistas do Programa Universidade Para Todos (ProUni), do governo federal, tiveram desempenhos superiores aos dos demais estudantes.